

FASEPA e a Secretaria de Estado de Administração do Pará – SEAD, conforme previsão legal da Lei Federal nº. 8.069/90. Art. 63
Período: 08 de janeiro de 2018 a 07 de janeiro de 2019.
Valor da bolsa estágio mensal: R\$ 471,32
Simão Bastos / Presidente da FASEPA

Protocolo: 270837

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

PORTARIA

PORTARIA Nº070/2017/SEJUDH /CEPDDH DE 18 DE JANEIRO DE 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**
Art. 1º HOMOLOGAR o nome das entidades representantes da sociedade civil ao Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos no Estado do Pará - CEPDDH /Pa. Órgão de deliberação colegiada de caráter permanente, autônomo, não jurisdicional, previsto no Decreto nº 6.044, de 12 de fevereiro de 2007, que aprova a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PNPDDH, e lei estadual 8.444 de 6 de dezembro de 2016, instituindo o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos no Estado do Pará - PPDDH, e instituindo o Conselho Estadual de Proteção a Defensores de Direitos Humanos no Estado do Pará – CEPDDH. Sediado por esta Secretaria de Estado de Justiça do Estado do Pará para mandato de dois anos.

entidades

- Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará- FETAGRI
- Comissão Pastoral da Terra – CPT
- Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
- Terra de Direitos

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se, Publique-se e cumpra-se.
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará, 18 de JANEIRO de 2018.

MICHELL MENDES DURANS DA SILVA

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 270903

ERRATA

ERRATA DO EXTRATO DE ADMISSÃO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO, publicada no DOE nº. 33.540 de 18.01.2018, Protocolo: 270418.

Onde se lê:

NOME DO SERVIDOR: SELLÍ MARIA DA ROSA E SILVA
CARGO DO SERVIDOR: TÉCNICO EM GESTÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA-ASSISTENTE SOCIAL

Leia-se:

NOME DO SERVIDOR: SELLÍ MARIA DA ROSA E SILVA
CARGO DO SERVIDOR: TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA-CIÊNCIAS SOCIAIS.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

MICHELL MENDES DURANS DA SILVA

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

Protocolo: 270696

OUTRAS MATÉRIAS

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS- CEPDDH/PA N.º 01/2017 - REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2017

No décimo oitavo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, na Sede da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos-SEJUDH, situada à Rua vinte e oito de setembro nº 339 – Bairro Campina, Belém/PA, realizou-se a primeira reunião do Conselho Gestor do PPDDH, tendo como pauta: 1) Informes; 2) Escolha das entidades representantes

da sociedade civil; e o que ocorrer. E com a presença das seguintes instituições e seus representantes: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, representada pelo conselheiro titular o senhor Michell Durans e o senhor Ricardo Anísio conselheiro suplente; A Secretaria de Estado de Segurança Pública, representado pelo conselheiro titular Rogerio luz Morais, e a Secretaria de Estado e Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER, representada pela conselheira Leila Nazaré Machado Gonzaga; o Tribunal de Justiça do Estado do Pará- TJE, representado pelo conselheiro suplente André Luiz Filo-Creão Garcia da Fonseca; o Ministério Público Estadual- MPE/PA, representado pela conselheira titular Maria da Penha de Mattos Buchacra de Araújo; a Defensoria Pública do Estado- DP/PA, representada pelo conselheiro suplente Johny Fernandes Giffoni, a Ordem dos Advogados/PA - OAB, representado pela conselheira suplente Juliana Zaire Fonteles de Lima; o Conselho Regional de Psicologia/PA, representado pelo conselheiro Luiz Romano da Motta Araújo Neto; o Conselho Regional de Serviço Social/PA, representada pela conselheira Rita Gissele da Silva Dias; a Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA representado pelo conselheiro titular Carlos Bordalo; Também estiveram presentes os seguintes convidados: Fundação Nacional do Índio - FUNAI, representado por Juscelino Arlindo do Carmo Bessa; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, representado por Camila Fernanda Costa Damasceno e Ingrid Viegas pinto; a Federação dos Trabalhadores Rural, Agricultores e Agricultoras do Estado do Pará - FETAGRI-PA, representada por Jose Gonçalves; a Sociedade de Defesa dos direitos Humanos – SDDH, representado por Nildon Deleon; a Comissão Pastoral da Terra CPT/PA, representada por Andreia Ribeiro; a Terra de Direitos - TDD, representada por Andréia Martins; a Polícia Federal, representada por Diego Almeida. Dando início a reunião, o Sr. Michell Durans deu boas vindas a todos e em seguida, explicou sobre as três listas de presença para assinatura sendo a primeira para os conselheiros efetivos e seus órgãos, a segunda para os conselheiros convidados e a terceira para presença de todos, pois se trata de uma reunião aberta ao público, em seguida agradeceu e explanou sobre a importância da participação dos conselheiros nas reuniões do Conselho Gestor, e explicou para os novos conselheiros a importância de conhecerem também os dois programas que estão em execução PROVITA, PPCAAM, falou ainda, sobre a Lei Estadual nº 8444 de 06 de dezembro de 2016 que instituiu o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos no Estado do Pará – PPDDH e criou o Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, em seguida foi lido os nomes das entidades selecionadas : Comissão Pastoral da Terra - CPT, Federação dos Trabalhadores Rural, Agricultores e Agricultoras do Estado do Pará - FETAGRI, Grupo de Mulheres Brasileiras - GMB, Sociedade de Defesa dos direitos Humanos – SDDH, Terra de Direitos – TD, foi pedido que constasse em ata a ausência da representante da GMB por motivo de saúde, o secretário Michell Durans fez uma breve introdução histórica da trajetória do programa PPDDH, citando também que o PPDDH foi executado no Estado até 2011, cabendo a execução a Defensoria Pública do Estado do Pará e por razões justificável convenhido com Brasília o Estado deixou de executar passando a ser uma incumbência do Governo Federal e após um esforço coletivo de muitos que estão aqui compondo a mesa e vários órgãos de nosso Estado se conseguiu formular e aprovar a Lei Estadual nº 8444 de 06 de dezembro de 2016 que instituiu o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos humanos no Estado do Pará – PPDDH e criou o Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, onde se deu origem a construção de um protocolo onde pudesse ser executado o PPDDH, o qual não é simples e sim muito complexo se tratando de uma relação direta com o Governo Federal buscando um convenio, o secretário explanou que esta reunião faz parte de uma estrutura que foi criada para um chamamento público para que se possa formar o Conselho de Direitos Humanos que analisa diretamente os casos e delibera se é caso ou não de proteção para ser atendido pelo programa, o Secretário Michell Durans explanou que hoje nesta reunião baseado no chamamento público é que vamos escolher as entidades que vão participar tendo acento no conselho, ressaltou também que existe critério no caso é a votação e que todas as cinco entidades relacionadas estão aptas a

participarem do conselho mais infelizmente só tem quatro acentos no conselho destinado a sociedade civil de acordo com a lei, já em janeiro será feita a homologação do conselho e posteriormente a assinatura do convênio com o Governo Federal, para que se possa começar a execução, e nas próxima reunião o conselho começará a discutir e escolher qual a entidade que irá executar o programa, o secretário abriu a palavra a quem quisesse se manifestar, com a palavra o Deputado Estadual Bordalo agradeceu e parabenizou a todos pela conquista de mais uma ferramenta de defesa de direitos humanos após ressaltar que este ano de 2017 foi um ano extremamente grave em relação a violência contra as pessoas que se dispõem a defender os direitos humanos com assassinatos, execuções entre outros, e que mais esse mecanismo venha a contribuir e garantir os defensores de direitos humanos; pediu a palavra o conselheiro convidado Juscelino Bessa e agradeceu a preocupação de incluir no conselho de defensores os índios que também são defensores que sofrem várias violação de seus direitos e por isso agradeceu e parabenizou a todos que contribuíram para a criação da lei de defensores em nosso Estado, como não houve mais manifestação em usar a palavra o secretário deu início ao processo de votação pedindo para que cada entidade fizesse a apresentação de suas atividades no Estado, a qual foi feita por todas as cinco entidades, o deputado Bordalo parabenizou a todas as entidades pela moral e acumulo de experiências na luta a favor dos Direitos Humanos no Estado do Pará, o Secretário Michell Durans explicou que a entidade que tiver interesse em participar da execução não poderá fazer parte do conselho e vise versa, em seguida explicou que a votação será através de cédulas e que de acordo com a lei poderão votar as onze entidades efetivas que formam o conselho o qual foi lido o nome das onze: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos- SEJUDH; Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretaria de Estado e Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER, Tribunal de Justiça do Estado do Pará- TJE, Ministério Público Estadual (MPE/PA), Defensoria Pública do Estado (DP/PA), Ordem dos Advogados/PA - OAB, Conselho Regional de Psicologia/PA, Conselho Regional de Serviço Social/PA, Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA, a pedido do secretário para que conste em ata que somente o ITERPA se fez ausente da reunião de uma totalidade de 11 conselheiros, dando seguimento o Secretário explicou que a votação se dará por meio de uma cédula que conta o nome das cinco entidades e será votado somente a entidade que não vai entrar no conselho, pois como se tinha explicado anteriormente só há quatro cadeiras no conselho disponibilizada à sociedade civil, após as explicações e repassadas as cédulas aos dez conselheiros efetivos presentes o secretário pediu que os conselheiros colocassem no verso de sua cédula de votação o nome da entidade que estão representando e logo após foram recolhidas e se iniciou a contagem dos votos, tendo como resultado a seguinte votação, FETAGRI- 2 votos, SDDH-1voto, TERRA DE DIREITOS-1voto, GMB – 6 votos, CPT- 0 votos, o secretário Michell Durans apresenta o resultado das entidades que irão compor o conselho: FETAGRI, SDDH, TERRA DE DIREITOS e CPT, Sem mais a ser tratado nesse momento o secretário Michell Durans deu por encerrada à reunião e agradeceu a todos os presentes e na sequência eu Damásio Alves, lavrarei e redigirei a presente ata da reunião do Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, que depois de lida e aprovada será assinada pelos presentes.

1. Michell Mendes Durans da Silva
Presidente do Conselho Estadual De Proteção Aos Defensores De Direitos Humanos- CEPDDH/PA
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos
2. Ricardo Anísio de Souza Lima
3. Coordenador de Proteção as Vítimas – SEJUDH
Rogerio luz Morais
4. Secretaria de Estado de Segurança Pública
Leila Nazaré Machado Gonzaga
Secretaria de Estado e Assis. Social, Trab. Emp. e Renda – André Luiz Filo-Creão Garcia da Fonseca
Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Maria da Penha de Mattos Buchacra de Araújo
Ministério Público Estadual
Johny Fernandes Giffoni